



MPF
FLS. _____
2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

VOTO Nº 3347/2013

PROCESSO Nº 0002463-20.2013.4.03.6181

ORIGEM: 9ª VARA FEDERAL CRIMINAL DE SÃO PAULO/SP

PROCURADOR OFICIANTE: HERMES MARINELLI

RELATORA: RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

INQUÉRITO POLICIAL. CPP, ART. 28 c/c LC 75/93, art. 62-IV. CRIME DE ESTELIONATO (CP, 171 § 3º). INDÍCIOS DE AUTORIA E DA MATERIALIDADE. CONTINUIDADE DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o crime de estelionato, tipificado no artigo 171 § 3º do Código Penal, atribuído a servidora pública federal que solicitou à operadora de plano de saúde, o qual é parcialmente subsidiado com recursos da Justiça Federal, reembolso de gastos que ela e o seu marido tiveram com sessões de fisioterapia, durante 22 meses, no valor mensal de R\$ 780,00 para cada um, utilizando-se, para tanto, de recibos de duvidosa autenticidade.
2. Arquivamento fundado na ausência de indícios suficientes da materialidade. Discordância da Juíza Federal. Remessa dos autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal c/c o art. 62-IV da LC 75/93.
3. O arquivamento no atual estágio da persecução criminal, apenas seria admitido se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade, sem a qual impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório.
4. A análise dos atestados aponta incongruências que fazem persistir a suspeita de falsidade, de natureza ideológica.
5. Presentes indícios suficientes da autoria e da materialidade, deve-se dar prosseguimento à persecução penal, considerando que, nesta fase pré-processual, há primazia do princípio do *in dubio pro societate*.
6. Designação de outro membro do Parquet Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o crime de estelionato, tipificado no artigo 171 § 3º do Código Penal, atribuído à servidora pública federal INARA MARIA LOPES e seu marido JOSÉ ROBERTO FURTADO DE ALMEIDA, que solicitaram à operadora do plano de saúde AMIL, o qual é parcialmente subsidiado com recursos da Justiça Federal, reembolso de gastos que

tiveram com sessões de fisioterapia, durante 22 meses, no valor mensal de R\$ 780,00 para cada um, utilizando-se, para tanto, de recibos de duvidosa autenticidade.

O Procurador da República Hermes Marinelli promoveu o arquivamento, sob os seguintes argumentos:

“Conforme os autos, no período compreendido entre 1 de junho de 2008 e 31 de março de 2010 Inara Maria Lopes, servidora da 2ª Vara Federal Cível de São Paulo, solicitou à operadora do plano de saúde AMIL, o qual é parcialmente subsidiado com recursos da Justiça Federal, reembolso de gastos que ela e o seu marido tiveram com sessões de fisioterapia no valor mensal de R\$ 780,00 para cada um, utilizando-se, para tanto, de recibos de duvidosa autenticidade.

A suposta inidoneidade dos documentos de folhas 26 a 60 foi aventada em razão da divergência entre o local da residência e trabalho da servidora (São Paulo/SP) e o da prestação das sessões de fisioterapia (Uberaba/MG).

O médico Constantino Jorge Calapodopulos, que teria indicado a realização de tratamento fisioterápico a ela e seu marido, e a fisioterapeuta Renata Miranda Moraes, confirmaram não apenas o fornecimento dos atestados e recibos de folhas 26 a 60, como também a efetiva realização das consultas médicas e sessões de fisioterapia ali consignadas (f. 136/137, 142/145 e 155).

Renata afirmou que o atendimento a Inara era prestado em Uberaba nos fins de semana e feriados, embora tenha apostado nos recibos datas de dias úteis (f. 136/137).

A decisão exarada no processo administrativo disciplinar instaurado na Justiça Federal para apurar os fatos relata que duas testemunhas afirmaram que o cônjuge da aludida funcionária pública tem residência na cidade de Uberaba (f. 146 a 154). No mesmo sentido, o depoimento da fisioterapeuta Renata à comissão processante (f. 142 a 143).

O processo administrativo-disciplinar terminou com a aplicação da pena de advertência à funcionária, conforme folhas 146 a 154, tendo a comissão processante concluído que *'... o conjunto probatório apontou tão somente para irregularidades na aposição de datas nos recibos ...'* (f. 152).

Assim, embora exista irregularidade quanto às datas informadas nos recibos questionados, os elementos apontam para a efetiva prestação dos serviços de fisioterapia neles constantes, não se configurando indevidos os reembolsos obtidos pela servidora.

Desse modo, não se vislumbra a vantagem indevida exigida pelo tipo penal em apreço.” (Fls. 163/164)

A Juíza Federal Fabiana Alves Rodrigues discordou das razões de arquivamento, considerando presentes indícios suficientes de autoria e da materialidade, tendo em vista que “a análise dos atestados aponta que há incongruências que fazem persistir a suspeita de falsidade, de natureza ideológica” (fls. 166/167).

Firmado o dissenso os autos foram encaminhados a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal c/c o art. 62-IV da LC 75/93.

É o relatório.

O arquivamento do inquérito parece prematuro, com a devida vênia da Procuradora da República oficiante, pois há fortes indícios da prática de infração penal.

Como bem observou a Juíza Federal, a análise dos atestados aponta incongruências que fazem persistir a suspeita de falsidade, de natureza ideológica. Por sua pertinência, transcrevo os fundamentos da decisão de fls. 166/167, adotando-os como razões deste voto:

“Em que pese manifestação ministerial, reputo que, diante dos elementos colhidos nos autos, há indícios da prática de infração penal e necessidade de realização de diligências que podem confirmar ou não tais indícios.

Não se questiona a idoneidade material dos atestados, pois a autenticidade foi confirmada pela fisioterapeuta subscritora. Ocorre que, se os atestados forem ideologicamente falsos, por exemplo, por não corresponderem ao número de sessões mensais indicadas nos atestados e o valor total recebido pelos serviços prestados, evidente que a fisioterapeuta não iria confirmar tal falsidade, pois significaria assumir a participação em infração penal, da qual poderia inclusive ter se beneficiado financeiramente.

A mera afirmação da fisioterapeuta de que tais valores foram declarados ao imposto de renda não afasta a suspeita, seja porque não foi apreendido livro caixa e juntada sua declaração IRPF, seja porque a declaração inverídica de serviços médicos reembolsáveis pelo plano de saúde pode vir acompanhada de acordo entre paciente e prestador, mediante divisão do valor reembolsado.

A análise dos atestados aponta que há incongruências que fazem persistir a suspeita de falsidade, de natureza ideológica. [...]

Os atestados consignam o valor total pago em cada mês e fazem referência expressa à prestação de 20 sessões de fisioterapia, que ordinariamente não são realizadas num mesmo dia. Considerando-se o valor total supostamente pago no mês, conclui-se que cada sessão custou R\$ 35,00 em junho de 2008 e R\$ 39,00 nos demais meses.

Observando-se as folhas de frequência de Inara Maria Lopes, conclui-se que não trabalhou por apenas 9 dias nos meses de julho e outubro de 2008 (fls. 129, 162).

Como a servidora exerce suas atividades laborais na cidade de São Paulo, as sessões de fisioterapia foram prestadas em Uberaba, que fica a 483 km de São Paulo (google maps) e a servidora declarou que viaja sempre de ônibus, forçoso concluir que houve possibilidade de prestação dos serviços apenas nos finais de semana e no feriado do dia 27/10/08 (segunda-feira).

Se os investigados se submeteram a sessões de fisioterapia apenas nos finais de semana e feriados, parece-me que persiste a dúvida sobre a idoneidade dos atestados e valor solicitado para reembolso, já que, quanto à servidora, teria sido possível a realização de apenas 8 sessões em julho de 2008 e 9 sessões em outubro de 2008, o que implicaria em sessões nos valores de R\$ 97,50 (julho) e R\$ 86,66 (outubro).

Não é razoável que o valor mensal pago à fisioterapeuta se mantivesse constante, já que não houve possibilidade de realização do mesmo número de sessões mensais em todo o período abrangido pelos atestados.

Não foi realizada nenhuma diligência no local de trabalho da fisioterapeuta e não há nos autos agenda de atendimento com indicação precisa dos dias de atendimento. Tampouco constam documentos que indiquem qual o valor ordinariamente cobrado por sessão pela fisioterapeuta, tampouco a oitiva de pacientes que pudessem esclarecer a questão.” (Fls. 166/167)

O arquivamento no atual estágio da persecução criminal, apenas seria admitido se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade, sem a qual impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório.

Assim, presentes indícios de autoria e da prova da materialidade, deve-se dar prosseguimento à persecução penal, considerando que, nesta fase pré-processual, há primazia do princípio do *in dubio pro societate*.

Diante do exposto, voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo para cumprimento, cientificando-se o Juízo de origem e o Procurador da República oficiante, com as nossas homenagens.

Brasília, 6 de maio de 2013.

Raquel Elias Ferreira Dodge
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 2ª CCR/MPF

/T.